

CAMINHO DAS ÁGUAS: MÁRCIA MURA/TANĀMAK E AS MEMÓRIAS DO RIO MADEIRA¹

*Foi navegando pelo Madeira
que encontrei Mura em mim
Suas memórias revivi...
Suas histórias escrevi...
Encontrei Mura em mim
Encontrei força em mim.*

Márcia Mura, *Memória cantada*

Foto 1 - Márcia Mura/Tanāmak descendo o Rio Madeira



Fonte: Tanā Mura/Atatuyky.

O Rio Madeira já teve muitos nomes. Os Mura também deram um nome pra ele. Mas a gente não sabe mais esse nome. Esses dias eu encontrei um vocabulário dos Pirahã, que falam uma língua a que a nossa língua era ligada. A nossa língua era isolada. Havia três famílias da língua Mura, conforme já encontrei em algumas fontes que mencionam etnólogos clássicos e também por meio de partilhas de informações com outros parentes Mura estudiosos da nossa história que são: a bohurá, a pirahã e a yahahí. A nossa é a bohuá, pois antes de sermos denominados por Mura nossa autodenominação é Buhuaren, que significa senhores das águas. Dessa língua, ficou só a dos Pirahã. Eu, às vezes, até fico pensando como é difícil a gente ter acesso aos Pirahã. E seria tão importante a gente ter esse acesso, por exemplo, pra recuperar a

¹ Texto transcrito a partir de entrevista de Márcia Mura/Tanāmak a Ana Lúcia Liberato Tettamanzy (UFRGS) e Suene Honorato (UFC). A entrevista foi realizada em 29 de novembro de 2024, antes da conferência “Oralidade – rios de palavras”, feita por Márcia no I Colóquio Literatura, território indígena, em Fortaleza/CE.

língua. Seria um projeto muito bom. Mas eu encontrei num vocabulário, composto a partir dos registros feitos por Hanke, a palavra Rio Madeira na língua Mura, que é Kasuari. Só que ainda não faço uso dela, ainda não trago ela junto comigo, porque eu não sei a maneira certa de pronunciá-la. Encontrei só a escrita. Mas mesmo com toda essa política de apagamento, o rio guarda ali muitas memórias. E é nessa relação com o rio que eu consegui recuperar o meu ser indígena, o meu ser Mura, a minha afirmação e a minha relação com os outros Mura. Foi o rio que possibilitou isso. Porque eu sempre fui ligada ao rio.

Tenho na minha memória as viagens que eu fazia quando era criança com a minha família, indo pra Nazaré, que é a comunidade pra onde eu voltei depois do doutorado. Era uma comunidade onde eu fui até os dez anos de idade com a minha avó. Depois ela não me levou mais. Até hoje eu fico pensando: por que ela não me levou mais? Ela disse que é porque eu era uma cunhatã muito maluvada, teimosa. Eu era uma criança que gostava de brincadeiras que, pro contexto de cidade, não era brincadeira de menina. Eu gostava de correr, subir nas árvores, estar junto com os curumim, com as cunhatãs, com todo mundo. Lá na comunidade, essa última vez que eu fui, tava na época da cheia. E meus primos estavam pulando n'água, no rio Madeira.. E aí eu fui. Eu não sabia realmente nadar direito, porque morava na cidade. Então não tinha a mesma experiência de nadar que as outras crianças. Vi meus primos lá pulando n'água e pulei n'água com eles também. E tava lá pulando n'água com eles. Aí a minha avó veio no barranco desesperada. Hoje, que sou mãe, eu entendo o desespero dela. Naquela época, não entendi. Ela foi no barranco e disse: “Sua cunhatã maluvada! Eu não te trago mais. Sua cunhatã acesa! Só quer tá no meio dos curumim, pulando n'água”. E aí me ralhou e me mandou sair d'água. Eu saí. Lembro que eu saí assustada com aquela coisa toda. Tinha sido um exagero aquilo. Pra que aquilo, né? Mas hoje eu sei. Eu teria tido a mesma reação de susto, de ver lá uma criatura que não sabia nem nadar direito tomando banho lá na beira do rio Madeira. É um rio imenso. E aí ficou essa memória.

Mas com dez anos ainda, eu voltei lá pra comunidade da Boa Vitória, que é uma comunidade onde também tem parentes meus. O irmão da minha mãe, por exemplo, morava lá. É uma comunidade antes da de Nazaré. Mas Nazaré se tornou um distrito e a comunidade hoje, Boa Vitória, é ligada a esse distrito. Eu fui pra lá também com dez anos pra cuidar da minha mãe. Minha mãe ficou muito doente. Dentro do diagnóstico clínico ocidental, ela estava com esgotamento físico e mental. Mas dentro do diagnóstico cultural, vamos dizer assim, ela estava doente espiritualmente. E com alguns espíritos ruins que estavam se encostando nela. E eu lembro que eu ouvia os adultos falarem que tinha alguns espíritos ruins querendo tomar conta dela. Mas aí estava o espírito do pai dela duelando com esses espíritos pra defendê-la.

Eu via quando esses espíritos incorporavam nela. Era muito forte. Porque ela mudava as feições, ficava com uma força imensa e todo mundo corria com medo dela. Eu tinha saído da escola pra cuidar dela. E aí eu ficava com ela, não corria. Os adultos, todo mundo saía de perto.

Naquela época, eu tinha sido catequizada. Eu era uma criança que vivia no bairro Triângulo, que foi o primeiro bairro da cidade de Porto Velho. Lembro até hoje do padre, que tinha uma bata com uns bolsos grandes assim. Ele andava com bombons no bolso e dava pras crianças que sabiam rezar o “Pai Nosso”. Então, eu fiz um grande esforço pra aprender a rezar o “Pai Nosso” porque eu queria ganhar os bombons que ele tinha pra dar pras crianças. Padre André, o nome dele. Eu lembro que a gente corria pra dizer que sabia rezar, pra rezar, pra ganhar os bombons, né? Então, eu passei por esse processo de catequização.

Dentro do catolicismo, eu tinha uma fé muito grande, como eu tenho hoje com a minha espiritualidade indígena, que eu recuperei. Quando aconteciam essas coisas com a minha mãe, eu rezava o “Pai Nosso”, o “Salve, Rainha!” e o “Creio em Deus, Pai!”. Mas eu rezava com tanta força, tanta força. Só que, no entremeio dessas orações que eu tinha aprendido, eu conversava com ela também. Eu falava: “Mãe, sou eu, tô aqui”. Abraçava ela e falava: “Eu te amo”. E ficava falando carinhosamente com ela e ela ia voltando a si. Eu tinha dez anos, dez anos de idade. Eu que cuidava dela, fazia os banhos que a curandeira passava pra ela. Eu preparava os banhos, levava pro igarapé pra dar banho nela, lavava as roupas dela, fazia tudo, cuidava de tudo.

Eu tinha seis anos a primeira vez que eu caí dentro do rio e quase morri afogada. Porque eu fui maluada. A minha mãe trabalhava no hospital, no primeiro hospital da cidade, o Hospital São José. E a minha avó tinha ido ficar com a gente. A minha mãe morava alugado num quartinho, que hoje, lembrando, era um cortiço na beira do rio Madeira, na cidade de Porto Velho. No quilômetro 1 da estrada de ferro Madeira-Mamoré, na beira do rio. Hoje, eu vejo que ali era uma espécie de cortiço. Porque eram vários quartos. Era uma casa grande. Na parte de cima tinha vários quartos e uma varanda, embaixo tinha outros quartos. Nos de baixo eram as pessoas que tinham menos condições que moravam. E a minha mãe morava num quartinho em cima. E era um quartinho bem pequenininho, eu lembro. A gente ficou lá com a minha avó nesse dia. Tava eu, a minha irmã, que era mais nova do que eu uns cinco anos, e um irmão, que era pequeno, bebê ainda. Eu queria descer pra ir brincar com a minha coleguinha, mas a minha avó não estava deixando eu sair. Aí eu menti e disse que ia na privada. A privada era feita na beira do rio. E aí, eu fui. Cheguei lá, tinha aquele tronco de árvore. No rio Madeira, descia muita madeira antes das hidrelétricas, aquelas tora de pau

imensa, assim, das árvores, que desbarrancava e as árvores iam descendo no rio. Tinha um tronco de árvore lá, bem grande, na beira do rio. Eu lembro que a minha coleguinha estava pescando com caniço. E veio o banzeiro e ela caiu dentro do rio. Banzeiro é tipo uma onda que vem assim. Tipo quando passa uma embarcação, aí vem aquele banzeiro. Ou quando está uma tempestade forte, também vem aquele banzeiro. Quando está ventando muito também, aí vem o banzeiro.

Eu vi ela lá dentro da água. E tinha as mulheres lavando roupa, mas elas não estavam nem aí. Aí eu falei que ela tinha caído. Uma das mulheres, que eu acho que era a mãe dela mesmo, falou assim: “É pra ela largar de ser maluvida. Eu falei que não era pra ela ficar lá. Agora ela que se vire”. Eu subi no tronco da árvore que estava lá, que ficava lá, flutuando n’água, peguei o caniço, dei o caniço pra ela e a puxei. Daí, quando eu consegui que ela subisse no tronco dessa árvore, veio o banzeiro de novo e eu caí n’água. Eu não sabia nadar. Eu lembro que eu afundei e emergi umas três vezes. Na terceira vez que eu emergi, a minha irmã estava gritando: “Socorro, minha irmã está morrendo! Socorro, minha irmã está morrendo!”. Só sei que eu afundei de novo. Aí, eu não me lembro mais de nada.

Eu só lembro depois, quando eu já estava deitada na rede, lá no quartinho onde a minha mãe morava. É, eu acho que foi um homem que me tirou da água, né? Mas não lembro. Eu só lembro mesmo eu lá na rede, deitada, escondendo da minha avó que tinha um corte na minha perna. Fez um corte assim. Só que não saiu sangue. Eu olhava assim. Tinha seis anos de idade. Eu olhava, só tinha aquela brecha branca na minha perna. Mas eu não falei nada pra vovó. Porque eu sabia que ela ia ralhar comigo. Porque eu tinha teimado, tinha sido maluvida. Fiquei quietinha lá na rede. Não saí da rede. Aí, a vovó estranhou. Eu estava quieta demais. Foi olhar e viu aquela brecha. Naquele tempo, não tinha telefone. Essas coisas eram coisa de rico. O dono do lugar, da estância, tinha um telefone. Sei que ela foi lá nesse lugar que tinha um telefone e pediu pra ligar pra minha mãe, avisando o que tinha acontecido. E aí, minha mãe foi lá me buscar a pé. Porque o hospital não era tão longe, dava pra ir a pé. Ela foi me buscar. E eu fui andando com ela pro hospital. Não era pertinho, pertinho, não. Era um pouquinho longe. Mas dava pra ir andando. Ela falou que não era para eu chorar, que ela ia me dar uma bicicleta. Eu era doida pra ganhar uma bicicleta, e acreditei que ela ia me dar uma bicicleta.

Aí, chegou lá no hospital. Já tinha passado muito tempo que tinha acontecido o corte. A anestesia não pegou. Tiveram que costurar na marra, sem anestesia. Veio umas mulheres, uns homens enfermeiros e me seguraram pra costurar. Sem anestesia. Ficou aqueles pontos, assim. Na hora de costurar, arreventou. Porque eu fazia muita força e tal. Acho que deu um problema nesses dois lados aqui, porque demorou a sarar. Aí, ficou assim, essa marca aqui. E

essa aqui. Então, essa é a primeira cicatriz. Mas não foi do rio. Foi porque tinham jogado fogão velho no rio. Foi isso que cortou a minha perna.

Essa é a primeira memória que eu tenho de ter quase morrido. Hoje entendo que o rio não quis que eu morresse. Ele me devolveu. E não foi a primeira vez que ele me devolveu. Essa vez, com dez anos, quando eu estava cuidando da minha mãe, a minha tia me mandou carregar água pra ela lá do rio. E eu era bem magrinha, franzina. Com dez anos, eu era bem magrinha. E tinha um barranco imenso. Continua tendo um barranco imenso lá. Mas o barranco era maior. Era mais íngreme ainda. Sabe aquela lata de tinta, assim, grande? Eles colocam um pau atravessado pra você segurar. E aí, eu ia, né? Enfiava aquela lata no rio. Depois, com muito esforço, botava na cabeça e subia o barranco com aquela lata d'água. Tinha uma prancha e ali tem um pedral. Dizem que ali tem uma cobra grande. O pessoal fala. Eu não sabia dessa história na época. Só fui saber depois. Acho que eu dei umas três viagens. Na quarta, quando eu fui enfiar a lata na água, assim, ela escapuliu da minha mão. Fiquei com medo da minha tia ficar brava comigo porque eu tinha perdido a lata. Então, mergulhei. E eu não sabia nadar direito. Mergulhei atrás da lata. Não contei conversa. A lata escapou da minha mão, pulei atrás da lata. E aí, eu sei que era... Eu senti que eu tinha... É como se eu estivesse entrando num túnel, assim. A água esquentou. Quando eu senti a água esquentar, eu voltei de uma vez. É como se a água tivesse me empurrado. Me empurrou, assim. Eu só pulei na prancha de volta. Fiquei olhando, assim, pro rio. Aí, peguei e fui embora. Cheguei sem a lata e falei: “Tia, eu derrubei a lata no rio sem querer”, morrendo de medo de levar carão. Mas a minha tia percebeu o risco que foi e que se tivesse acontecido uma desgraça, provavelmente ela ainda ia se sentir culpada ou ia ser responsabilizada. Ela não falou nada. Até estranhei que ela não falou nada, não reclamou de nada, não deu carão. Simplesmente ficou em silêncio. Depois, vi que o rio me devolveu duas vezes. Ele não quis que eu morresse, que eu fizesse a passagem ali. Não quis que eu me encantasse. Essas foram as duas experiências que tive bem intensas com o rio.

Mas lembro também de uma viagem que fiz com a minha mãe, com a minha avó e minha irmã indo para Nazaré. Eu queria tomar água. A água do rio é argilosa, tem bastante argila. A gente fala barrenta, né? É barrenta. E eu falei que queria tomar água. Naquela época, a gente tomava água direto do rio, mesmo no barco não tinha os bebedouros, essas coisas. Aí minha mãe me deu a caneca, falou: “Toma aí”. E eu fiquei olhando assim pro rio, esperando. Aí a minha mãe se distraiu conversando com a minha avó, e depois ela olhou, eu tava olhando pro rio. Ela falou: “Tu não vai tomar água não?”. E isso, o barco andando, navegando. Aí eu falei: “Não, eu tô esperando a água assentar”. Na minha cabeça, ia assentar a água. E daí eu

ia pegar a água pra tomar. Aí a minha mãe ficou rindo de mim. Isso ficou sendo contado várias vezes, tanto que eu lembro, porque foram elas que me contaram essa história.

Hoje eu fico pensando sobre isso. Por que eu achava que a água ia assentar? Porque eu via a minha avó, eu via as mulheres, eu já tinha tido essa experiência de ver a água assentar e tomar água limpa. Não que a água fosse suja por conta do barro. E lá, depois, mais tarde também, lá em Nazaré, eu vi minha tia Alvina pegando água do rio Madeira, coando e deixando num balde pra ela assentar, pra depois ela pôr no pote. Então, tinha essa experiência coletiva, que fez eu ficar esperando a água do rio assentar. Acho muito bonita essa memória. Eu, no barco, com a minha família, esperando a água assentar pra tomar. E o que me deixa triste é saber que hoje a gente não pode mais colocar a caneca no rio e tomar água. Não pode colocar a mão mais e tomar água. Porque ela tá contaminada. Mercúrio, soja. Os portos graneleiros jogam todo o veneno dentro do rio também. Aí tem o mercúrio. A hidrelétrica de Santo Antônio, em 2014, com a inundação, estourou tudo quanto é fossa. E também morreram muitos bichos, tanto os bichos do mato como os bois também. Na Bolívia, foram mais de sessenta mil cabeças de gado que caíram dentro do rio. E ficou tão podre, tão podre, tão podre a água, que as plantas que não morriam com cheia, morreram. As árvores. As comunidades ficaram seis meses debaixo d'água. Foi uma cheia imensa que cobriu as casas. Tinha casa que nem a cumeeira aparecia. E as pessoas ficaram alojadas, assim, de forma improvisada... Porque cheia sempre teve. Mas vinha devagar, as pessoas, as comunidades sabiam lidar. Eles iam fazendo os assoalhos altos, alevantando. E quando não tinha mais jeito, ia pra casa dos parentes que a casa não estava alagada. Em 2014, todo mundo foi afetado. Então, não tinha como um parente ajudar outro parente. Não tinha como uma família ajudar outra família. Era cada um tentando se salvar. E perdeu tudo. Grandes roçados, os móveis da casa. Perderam tudo. Tudo, tudo, tudo! Enfim. E aí, com isso, contaminou todo o lençol freático da cidade de Porto Velho. De todo... De tudo, né? O lençol freático é contaminado. A gente não tem água potável.

E, então, são essas memórias da infância, essas memórias com a minha avó, indo pras comunidades, né? E a melhor fase pra mim era quando eu ainda não estava na escola. Tinha aquela coisa de não poder faltar. Até os seis anos eu viajava livremente com a minha avó. Seis anos, sete anos. Depois, não podia ir mais com a minha avó porque tinha que estudar. Aí eu chorava, chorava, chorava, adoecia. Na primeira vez que eu não pude ir com a minha avó, eu chorei, não queria comer, eu adoeci. E minha mãe teve que me levar lá onde a minha avó estava. Minha avó ia vir pra casa dos outros filhos, dos outros parentes. Por causa da escola, comecei a não poder ir mais com a minha avó. Na primeira vez eu adoeci. Aí minha mãe teve

que me levar lá pra ela. Minha avó até se assustou quando minha mãe foi chegando comigo aqui no “tum tum”. Lá longe, dentro da floresta. Eu parei de viajar com a minha avó porque não podia, por causa da escola.

Mas aí com doze anos eu fui na comunidade São Miguel, que era no Rio Madeira também, pra Semana Santa, ficar lá com o meu tio, meus primos. Na Semana Santa não podia fazer barulho, porque se não no sábado de Aleluia era peia. Era de novo um tempo de cheia. Meu tio fez uma jangada de tronco de bananeira. Lembro que eu não tinha essa experiência de... Porque eu morava na cidade. Ele me colocou o desafio de eu ir pegar água. Ele me deu o desafio de ir pegar água nessa jangada. E tinha que ir até lá no leito do rio, onde o rio passava, pra pegar água. Lembro que fui sozinha. Tinha uma vara grande assim. E aí eu ia lá com o balde. Eu fui lá, no meio lá, peguei a água e levei. Ele me deu essa tarefa. Eu fui e fiz. Sem questionar. E dei conta de fazer, mesmo não sendo criada ali. Me davam as atividades e eu ia fazer sem questionar, sem nada, e sem medo também. Hoje em dia eu já não dou conta de fazer isso. Mas lembro que tinha que ir buscar alguma coisa na casa de uma tia. Não sei se foi farinha, foi alguma coisa assim. Alguma coisa. E aí eu fui na jangada com a minha prima lá na casa dessa tia. Era como a gente ia se deslocando de uma casa pra outra, nessa jangada. Nessa jangada que meu tio fez.

Teve essa vivência com os doze anos lá com o rio também. Mais diretamente. Depois eu parei de ir. Por conta dos estudos. E também por conta do trabalho. Comecei a trabalhar com dez anos de idade. Eu cuidava de outras crianças pra ter algum dinheiro e ajudar a minha mãe a comprar o material da escola. Lembro que uma vez meus irmãos adoeceram. E esse dinheiro que eu recebia, não sei nem quanto era, mas ajudou a comprar os remédios pros meus irmãos. Eu ficava bem feliz de saber que eu estava ajudando a minha mãe. Minha mãe criou os filhos sozinha. Tinha um tio meu, que hoje está morando comigo, o tio Antônio, que ajudou muito a minha mãe. Ele me ajudou nos estudos também.

Desde os dez anos que eu trabalho. Mas só que era assim: eu ia trabalhar, mas aí quando eu não queria ir mais também, eu não ia, não. Desse tipo. Fui crescendo, fui crescendo, e aí, esse negócio de estudo, trabalho. Eu parei de viajar com a minha avó. E parei de viajar no rio, navegar no rio. Mas eu lembro quando eu fui fazer o quinto ano, a minha mãe me tirou da escola do bairro e me colocou numa escola do centro. Eu fiquei lá até o terceiro ano. Então, às vezes, depois que eu já estava maior, já estava com dezoito anos, ainda estudando por lá, eu ia ver os botos boiar no rio. Quando eu saía da aula, eu ia sozinha, sentava lá na beira do rio, lá perto de onde tem a ferrovia, a estação, a ferrovia Madeira-Mamoré, que atravessa nosso território também. Sentava lá sozinha mesmo. E ficava olhando o rio um tempão, vendo

os botos. Depois ia pra casa. Então, assim, sempre tinha um jeitinho pra me manter ligada ao rio. Mesmo não voltando mais na comunidade. Aí também tinha os parentes que vinham da comunidade e ficavam na minha casa. De certa maneira, mesmo eu não indo, fazendo essa viagem física, eu sempre tinha... Com a vinda dos parentes pra casa, com esse jeitinho de eu ir lá ver o rio, ver os botos.

Aí depois dos dezoito anos, comecei a estudar à noite, porque eu trabalhava durante o dia. Fui trabalhar no Conselho Indigenista Missionário. Trabalhei como recepcionista lá. E daí, à noite, eu estudava, porque eu morava com a minha avó ainda. Minha avó tinha as rédeas assim. Tinha horário pra chegar em casa, tudo. E daí, mesmo assim, às vezes a gente gazetava os últimos tempos de aula, meus amigos e a gente. Tinha os barquinhos lá, que eram os inferninhos que a gente chamava, os forró e tal. Lembro que eu cheguei a ir uma vez com meus colegas, minhas colegas, pra lá, pra esse lugar. Algumas vezes, eu acho que eu fui poucas vezes, pra dançar. Minha avó não sabia, não. Aí falava que tinha tido o quinto tempo da aula e por isso tinha demorado a chegar em casa, quando na verdade a gente tava no forró. A vovó não sabia. Agora vai saber! A vovó vai saber. Minha avó já fez a passagem, mas vai ficar sabendo das minhas maludices, mas não era nada demais, só ia dançar mesmo, eu gosto muito de dançar.

Mas daí, também é essa coisa de estar ali, naquele lugar, que era um barco, que era na beira do rio. Depois fui crescendo e fui estudando. Entrei na universidade. E, lá na universidade, o professor de história, que é o Marcos Teixeira, ficava falando: “Ah, porque no Rio Madeira existia uma grande nação, Mura”. Começava a falar dos Mura. Aí falava dos grandes cacicados no Tapajós. Eu sabia que a minha família sempre viveu no Rio Madeira. Eu tinha todas as memórias minhas de infância com o Rio Madeira. Essa relação com o rio. E sabia que meu bisavô materno tinha vindo de Santarém. O professor ficava falando dos grandes cacicados lá de Santarém, falando da grande nação e da história dos Mura. E eu ficava escutando aquilo. E, daí, lá na minha sala, eu era a pessoa menos favorecida financeiramente. Eu era mãe, já, de dois filhos. Tinha um com dois anos e outro com seis meses. E assim, tinha muita gente na sala, tipo policial, mulher de policial, que se achava rico. Eu era a pobre da sala de aula. E, aí, eu tomei pra mim as histórias que o professor contava. Eu falava: “Sou descendente da maior nação indígena do Rio Madeira e sou descendente dos grandes cacicados de Santarém!”. Eu falava “descendente” ainda. Comecei a falar isso mais como uma brincadeira, entre aspas, mas uma forma de eu dizer: “Vocês se acham, mas olha quem eu sou. Sou descendente da maior nação guerreira do Rio Madeira e descendente dos grandes

cacitados!”. Aproveitava essa narrativa do professor pra me colocar, dizer assim: “Olha, vocês ficam me olhando como uma coitadinha, a pobre da sala, mas olha só quem eu sou!”.

Fui construindo essa narrativa sobre mim, mas mais como uma autodefesa, digamos assim, mesmo sem pensar, conscientemente, e como uma forma de me dar valor também, diante dos outros que me inferiorizavam. Às vezes, meus colegas não acreditavam nessa narrativa; outras vezes, acreditavam, mas de uma forma estereotipada. Eu lembro que eu tinha as unhas muito grandes. O meu jeito era mais fechado, sempre muito bravo, me enfezava com a forma como as pessoas falavam, tudo me impactava. Quando eu entrei pra fazer o curso de História, já tinha dois anos que meu companheiro estava fazendo História também. Tinha uma amiga dele que era escritora e tal; ela sempre nos convidava pras festas na casa dela. Esposa de juiz, essas coisas. Ela dizia que eu parecia uma “bugre”. Acho que ela não falava com maldade. Ela não falava com maldade. Acho que não. Mas, assim, era mesmo pra me caracterizar. Pra ela, eu parecia uma “bugre”, com a imagem que ela tinha dos indígenas da região de onde ela tinha vindo, a região Sul. Era a imagem que ela tinha de indígena. Esse meu jeito de ser encaixava na imagem que ela tinha, nesse imaginário do “índio selvagem”, do “bugre” e tal. Era mais nesse sentido. Eu não gostava que ela me chamasse de “bugre”. Eu detesto essa palavra. Com a palavra “índio”, mesmo não gostando, ainda tenho um relativismo... por conta que os próprios parentes também falam, vamos dizer assim. Mas “bugre”, pra mim, é um murro no estômago mesmo, sabe? Não tolero.

Na graduação eu tive a disciplina de História Oral com a professora Fabíola Holanda. Ela trouxe a História Oral e aí eu me apaixonei, me identifiquei, me encontrei com a História Oral no primeiro momento. Fiz o meu primeiro projeto, na iniciação científica, e depois a monografia de bacharelado, sobre o povo indígena Cassupá. A iniciação científica eu fiz com o professor Ednaldo, que já se aposentou. Ednaldo Bezerra de Freitas, meu orientador da iniciação científica. Eu tive um professor, o Alberto, que só indicava leituras francesas; então, eu já entrei na literatura francesa e gostava de ler os livros traduzidos pro português, não em francês. Fiz francês depois, mas também nem sei mais nada, porque não pratiquei. Depois eu entrei em crise: estava estudando francês, estava aprendendo, só que entrei em crise. Pensava: “Eu não sei falar a minha língua materna, não sei falar o nheengatu. Pra quê eu vou querer aprender a falar inglês ou francês?”. Eu não quis mais aprender nem inglês nem francês. Eu falo português porque sou obrigada. Se tiver que aprender, quero aprender pelo menos o nheengatu. Acabei nem aprendendo o nheengatu também. Depois veio o arapakay, que é a língua do Itaparã, que é uma língua espiritual. Quando eu falo o “Watáka Repé”, estou falando nessa língua do arapakay, que é “a paz esteja com você, esteja conosco”. E aí eu fiquei

assim, não sei falar o arapakay, não sei falar o nheengatu, não sei falar francês nem inglês e mal o português.

Eu tenho dificuldade de aprender línguas por conta dessas situações todas. Com essa coisa de eu ter encontrado com a História Oral, meu primeiro projeto foi com o povo indígena Cassupá. E aí, essa monografia é o meu primeiro trabalho. Eu fui nos territórios, foi a primeira vez que eu fui num território demarcado, uma aldeia, essas coisas. Fui com o seu Clóvis Cassupá. E fui lá no Aikanã, que é onde estavam os parentes antigos dele, de onde eles saíram. Depois, fui no Vale do Guaporé, onde tinha uma parte da família que tinha ficado lá, por conta da trajetória deles, porque eles foram contatados pelo SPI pra comunicar com outros povos ainda não contatados.

Esse trabalho, ele é um trabalho tão importante para o povo! O seu Clóvis foi ao Ministério Público. Aí começou o trabalho de reconhecimento do lugar pra onde eles foram deixados, lá em Porto Velho, depois que foi extinto o SPI. E eles viviam na iminência de terem que sair de lá, que era uma área do Ministério da Agricultura. Eles conseguiram demarcar uma parte deles. É a menor terra indígena, vamos dizer assim. Talvez, não sei se é do Brasil, mas eu sei que ela é uma das menores terras indígenas. É dentro da cidade, dentro de Porto Velho. A cidade chegou ali, mas antes não era cidade. Esse trabalho serviu para demarcar esse lugar. Eu fico bem feliz com isso. Porque foi uma luta do seu Clóvis, que estava buscando esse reconhecimento; por estar na cidade, muitos não queriam mais dizer que eram Cassupá, e eles estavam tendo dificuldade de ter atendimento da saúde indígena, de ter reconhecimento da FUNAI. E aí esse trabalho contribuiu com tudo isso. Eu costumo dizer assim: “Ah, eu não tenho nenhum artigo Qualis A. Mas meu trabalho já demarcou território indígena!”.

O mestrado, eu comecei na UNIR, mas não deu certo esse mestrado. Ele foi reprovado pelo CNPq, eu não sei por que, pois era composto por ótimos professores. E aí, a gente fez um ano desse mestrado, mas não serviu. Eles queriam transferir a gente pra um outro programa de mestrado, em Geografia, mas aí eu não quis. Daí fui fazer o mestrado na UFAM. Na graduação ainda, eu fazia parte de um centro de pesquisa, que é o Centro de Hermenêutica do Presente, onde tinha um projeto guarda-chuva que era sobre nordestinos da Amazônia. Pra fazer o projeto desse primeiro mestrado que não foi pra frente, eu tinha pensado: a minha avó sempre me contou as histórias do tempo do Seringal, ela sempre contava a história do pai dela, que tinha brigado com a onça e tal. E várias histórias ela vivia contando. Aí, eu falei assim: “Então, acho que eu posso fazer um projeto pra ouvir as histórias dela e de outras pessoas do Seringal”. Eu só vim a saber que tinha uma avó cearense com essas histórias todas da História

Oral. Eu fui sabendo de tudo que eu não sabia. Não de tudo, infelizmente, mas de algumas coisas.

Aí foi quando eu comecei a pesquisar sobre a minha própria história, que foi a dissertação com as narrativas das quatro mulheres que nasceram todas nesse lugar chamado Uruapeara. Por conta dos maridos que foram trabalhar em outros seringais que estavam no lado de Rondônia, tiveram que sair desse lugar, o Uruapeara, e fazer esse caminho das águas pelo rio pra ir pra esse lugar onde são as comunidades de que eu faço parte hoje, onde ainda tem parentes meus, que é Nazaré, que é Boa Vitória, que é Cuniã, que é Boa Hora, que hoje só tem... Boa Hora. É, só tem uma família morando lá. Mas foi um seringal muito grande. Aí, eles vieram, fizeram esse caminho das águas e vieram pra esses seringais que hoje estão do lado de Rondônia.

Minha família sempre viveu nos seringais como seringueiros, trabalhando pros patrões. Minha família foi utilizada como mão de obra, desde meu bisavô, tataravô. Sempre foi nessas frentes econômicas da Amazônia, na exploração do tabaco, na exploração da borracha, na exploração de tudo quanto é recurso extrativista. Eles sempre trabalharam pros outros sendo mão de obra. É, o tabaco era cultivo nativo, mas acabou tendo uma época que era bastante vendido e eles trabalhavam pra vender. Sempre nessa relação com patrão, trabalhando pro patrão, nesse sistema de exploração. No seringal, tem o patrão para quem eles trabalham. Então, na literatura é o que está registrado como “senhores de barranco”, que eram os donos dos seringais, que vinham de outros lugares. Mas, enfim, os cearenses da minha família sempre foram subalternizados. Era a família da minha bisavó, com quem eu não tive contato. Da minha bisavó, só lembro dela já quando a levaram pra cidade. Ainda cheguei a vê-la, mas, assim, numa rede, doente, só. E eu ficava olhando de longe. Aí a minha avó falava: “Toma bença da tua mãe velha”. Tinha bisavô e bisavó. Eles já eram chamados de “mãe velha” e “pai velho”. Aí eu tomava bença e pensava: “Quem é essa mãe velha?”. Bom, eu sabia que era a mãe da minha avó. Via ela assim, meio que de longe. Só lembro da mãozinha dela, assim. Só. Tipo, mais do rosto dela, da perna dela e da mão dela, assim. Ela ficava na rede, já bem adoentada.

E aí, com essa questão da História Oral, fui recuperando essas memórias. No meu livro *O espaço lembrado*, vêm ainda as memórias que eu leio mais como narrativas do seringal mesmo. Essas mulheres nasceram, se criaram e se deslocaram por meio do caminho das águas para Rondônia, acompanhando os maridos, por conta dos seringais. Mas no livro eu trago o protagonismo dessas mulheres nesses seringais, nesses espaços.

Depois eu comecei a adentrar nessas narrativas, que até então eu, tipo, eu registrei essas narrativas, via ali o protagonismo das mulheres, via ali um... Busquei trazer uma leitura sobre o seringal que não fosse só essa leitura que já está cristalizada na historiografia e tudo. Mas foi só com a tese de doutorado, na USP, que eu retornei a essas narrativas e fui adentrando nelas já, puxando esses fios de memória indígena pra tecer novamente essas memórias que estavam se perdendo. É por isso que o tema da minha tese é “tecendo memórias indígenas”. E essa ideia do “tecer” veio a partir de uma conversa com o Ailton Krenak, quando eu o encontrei pela primeira vez, pessoalmente. Estava tendo uma mostra de cinema chamada *Aldeando São Paulo*, algo assim. E aí eu levei o livro pra dar de presente pra ele. Eu o conhecia por conta daquele documentário, que muita gente conhece, com ele pintando o rosto, que está dentro de um filme chamado *Ameríndia* e que eu tinha lá em casa e passava pros meus alunos. Tem uma parte em que ele aparece nesse filme. Quando eu soube que ele ia estar lá em São Paulo, já peguei o livro e já levei pra dar de presente pra ele.

Tive a oportunidade de entregar o livro pra ele, me apresentar e falar que eu estava no processo de recuperação do meu pertencimento indígena, da minha memória Mura, me reencontrando com o meu povo e tudo o mais. Porque eu queria escrever sobre isso. Aí ele falou: “Márcia, não esqueça que a memória é ancestral. E você vai ter que saber puxar esses fios de memória ancestral”. E aí foi que eu falei: “É isso que eu estou procurando fazer. É exatamente isso”. Aí eu peguei e coloquei o título da tese: *Tecendo Memórias Indígenas*.

Comecei a colaborar também com alguns colegas que davam aulas de nheengatu. Os cursos que eles davam eram de nheengatu, mas também de guarani. Eles me chamavam porque, embora a gente não fale a língua de forma estruturada, inteira, a gente tem toda a configuração cultural da língua. O meu colega, o Antônio Neto, me chamava pra falar do contexto cultural da língua. E aí foi quando eu me dei conta de que a nossa maneira de ver, de ser, o nosso mundo era configurado dentro dessa língua. Dentro dessa língua indígena. Por mais que o meu povo não seja tupi, mas de um tronco linguístico isolado, a gente tinha sido tupinizado. A leitura da Amazônia tem essa configuração. Tem outras línguas dos outros povos, mas nós que vivemos na Amazônia e não temos mais a língua materna como língua falada, matemos uma configuração de mundo indígena tupinizada, mas de alguma maneira também pela nossa própria língua que não é mais falada, de forma inteira, mas se mantém no nosso modo ser.

E aí eu levava meus filhos. Um dia eu pedi pros meninos falarem sobre o aprendizado deles com os tios, sobre ir pro mato, caçar, sobre como é o comportamento dentro do mato e como é ser um caçador. Aprendizado que eu não tenho, porque eu nunca fui caçar; essa é uma

tarefa na minha família mais dos homens. Embora tenha relato das mulheres mais velhas de também terem ido caçar, é um outro jeito de caçar, diferente dos homens. E aí meus filhos foram contar como foi que eles aprenderam com o tio deles a caçar. E com isso a gente foi vendo o tanto de conhecimento que a gente tinha, que pra nós é naturalizado, quando a gente está vivendo aquilo ali. Só saindo do nosso território, estando longe, e as pessoas pedindo pra gente falar sobre isso, é que a gente entendeu que isso era um conhecimento que a gente tinha.

Quando terminei a tese de doutorado, percebi que tinha feito um percurso, embora tenha trazido uma área da História Oral que é trabalhada na perspectiva de um centro de pesquisa, que é o Núcleo de Estudo de História Oral da USP. Quando eu terminei todo esse percurso, entendi que eu fiz uma História Oral Indígena, porque fui estabelecendo outras relações. A primeira coisa que eu tive que fazer foi restabelecer minhas relações de parentesco, voltar pro território com a minha mãe, que já fazia mais de 30 anos que não ia no Uruapeara, conhecer o lugar de onde vinha a minha avó, ser apresentada pros meus parentes por ela, ir pros puxiruns. Tudo isso são procedimentos próprios que foram sendo construídos nessa relação com o território e nessa relação com os parentes. E aí é quando eu comecei a dizer que tinha feito uma História Oral Indígena. Inicialmente, eu falava uma “história na perspectiva indígena”, porque eu não queria desconsiderar as outras perspectivas de História Oral, especificamente as perspectivas que são construídas no centro de pesquisa do Núcleo de Estudo de História Oral.

Começou a aparecer artigo escrito por pesquisadores não-indígenas com esse nome, “História Oral Indígena”. Por conta dessas questões, a gente fez uma discussão. Eu e a Tainá Marajoara saímos da Amazônia pra ir lá pra USP fazer a discussão. Chamamos a Leticia Rendy Yobá Payayá, que também é do Núcleo de História Oral, e fizemos uma fala sobre a História Oral Indígena que nós construímos. Isso foi agora, recente, no dia 04 de novembro. A gente decidiu fazer a discussão quando encontrei o artigo na internet. E a gente foi lá e falou porque já tem os não-indígenas que estão falando em História Oral Indígena. A gente tem que fazer tantos enfrentamentos que a gente não consegue nem tirar tempo pra escrever sobre essas experiências nossas. E a gente fez questão de ir lá falar, está tudo gravado. A gente quer depois, com cuidado, publicar um livro falando sobre História Oral Indígena a partir dessas nossas experiências e vivências.

Esse processo todo de estar com meus filhos, de ter levado meus filhos pra lá comigo, pra São Paulo, essa coisa de eu sair pra estudar foi muito violenta. Ter que deixar meus filhos foi muito dolorido. Isso tem cicatrizes imensas em mim e nos meus filhos, coisas irreversíveis que aconteceram por eu estar longe. Se tornou um grande trauma pra nós e a gente está lidando

com isso ainda. Eu, meus filhos e o pai deles também. Cheguei ao ponto de pensar que, se eu pudesse voltar atrás, eu abriria mão de tudo isso, de doutorado, dessas coisas todas que vêm também a partir do doutorado. Se eu pudesse voltar atrás e pudesse de novo fazer uma escolha, tomar uma decisão, eu abriria mão de tudo isso, pra refazer o caminho escolhendo ficar com meus filhos. Sabe? Isso dói muito. Uma coisa assim que me machuca muito. Mas ao mesmo tempo eu sei que tudo isso foi importante também pra luta, pra essa recuperação de memória. E essa recuperação de memória também alimenta eles. A gente procura lidar com tudo isso. Mas, falando nessa linguagem ocidental, isso se tornou um grande trauma pra gente, e ainda não sabemos como vai passar tudo isso. Mas a gente está tentando ver como resolve. E uma das maneiras é essa, recuperando as memórias, assim, nessa vivência com eles, levando eles também junto comigo. Depois do doutorado, por conta de termos ficado tanto tempo separados, resolvi que eles ficavam comigo. Eles ficaram mesmo. Um tinha dezessete anos, o outro já tinha dezenove. Mas eles ficaram comigo.

Eu estava numa fase bem difícil. O pai deles queria até mandar um deles pra ficar com os avós paternos lá no Mato Grosso. Falei: “Não, eu sou mãe deles, eu vou ficar com eles e eu vou cuidar deles”. Aí começamos a ser convidados pra fazer vivências a partir dos nossos conhecimentos indígenas. Primeiro fomos fazer uma vivência a pedido do Museu de Arqueologia. Tinha um projeto numa comunidade que tem do lado da USP. E aí a gente foi trabalhar com as crianças com grafismo e tal. Depois a gente foi fazer uma outra atividade na escola técnica da USP, também falando sobre grafismo, arte indígena. Junto comigo. A gente começou a fazer junto. Tanto que, depois que começaram a me chamar sozinha pra ir nos lugares fazer atividade, eu sinto muita falta deles. Porque a gente começou a fazer isso juntos, nós três. As pessoas começaram a chamar a gente pra falar sobre a nossa cultura, os nossos conhecimentos.

Depois, quando fui trabalhar na escola, pela SEDUC/RO, levava tudo isso pra escola também. Chamava os meus filhos pra ir fazer as atividades comigo. Uma vez, tive uma experiência com o pessoal da pedagogia Griô; quando fui tirada da escola, comecei a pensar: se é possível uma pedagogia Griô, também é possível uma Pedagogia da Afirmação Indígena. Comecei a chamar assim essa prática que a gente faz. Comecei com os meus filhos, a partir de a gente ter que sair do território. Fui tirada da escola, o que me impede de viver diretamente na comunidade, mas ainda assim seguimos navegando pelo rio Madeira, o Kasuari, com a Pedagogia da Afirmação Indígena.

Pedagogia da Afirmação Indígena, seja na sala de aula, seja fora da sala de aula, é trazer a cultura, trazer os cantos, as danças, as memórias, as vivências que a gente aprende

com os mais velhos, com todo mundo no território, com as crianças, com as mulheres, com as árvores, com o rio, com tudo. Eu digo que é um conceito que se constituiu a partir dessa prática, dessa vivência construída junto com os meus filhos. É assim que eu venho tentando me curar também. E dar um retorno por todas as coisas que eles perderam com a minha saída pra estudar. Todas as coisas ruins que aconteceram com eles quando eu estava longe.

Desde que terminei o doutorado, consegui voltar pra sala de aula e atuar na comunidade de Baixo Madeira, onde a minha família passou a viver depois que veio lá do Amazonas, vivendo e trabalhando no espaço do seringal, seringal que foi construído em cima dos nossos territórios e que hoje são as comunidades ribeirinhas. E aí eu voltei pra uma dessas comunidades, onde também viveu minha avó, meu avô, meus parentes e tudo, e onde ainda tenho alguns parentes. Eu restabeleci essas relações de parentesco e vivo nessa relação com eles, de parentesco, fortalecendo junto com eles, aprendendo e fortalecendo a nossa cultura junto com eles. Então, hoje eu posso dizer que a minha vida é dedicada a recuperar corpos-espíritos-territórios Mura, no Rio Madeira.

Hoje eu e meu companheiro, Agabawe, que segue o caminho das águas com a gente, temos nossos netos. O meu filho mais velho, Antorokay, recebeu o nome dele de Namatuyki, lá no território Itapanã, sul do Amazonas. E ele teve, com a Tapuya Mura, o Buhuaren, que é o meu primeiro neto. Esse neto recebeu o nome do meu povo, justamente pra trazer de volta esse nome, que é o nosso nome originário, antes do contato. Buhuaren é “senhor das águas”, não o senhor feudal, mas o senhor, aquele que sabe navegar, que conhece o rio, que respeita o rio, que vive no rio, enfim. E é o que nos caracteriza enquanto Mura, que é essa relação com o rio, com as águas, com os lagos. O Antorokay e a Tapuya tiveram depois a Icamíaba, minha segunda neta. Fui eu também que escolhi o nome dela, que é “senhora da Amazônia”, nessa relação com as indígenas mulheres da Amazônia, que são guerreiras, que defendem esse território, essa relação com a floresta.

E aí vem minha terceira netinha, que é a filha do Atatuyky, meu segundo filho, o mais novo. Ele tem essa filha, a Tyê, que mora com a mãe dela, Iriuíri, lá em São Paulo. Infelizmente não deu certo de ele estar junto com a mãe dela, mas eles seguem a vida, estão procurando pensar na melhor forma de colaborar com a formação da criança. Tyê foi o nome que a mãe dela escolheu, que também é o nome de um pássaro que vive às margens do rio Tietê. E aí vem o outro netinho, filho do Atatuyky com a Jovana Mura, que fez seis meses esses dias; é o Kaluanã, “grande guerreiro”, que tá aqui crescendo e aprendendo essa relação com o rio Madeira.

Tem também o Aruã, filho do Antorokay com a Tapyua, que nasceu no mês de agosto. Meu tio-avô faleceu e a gente fez o funeral dele num dia, e, no outro dia, nasceu o Aruã. Foi bem forte isso! Esse ritual que a gente tava fazendo, de passagem do meu tio-avô, tio mais velho sendo semeado de volta na terra, e uma criança nascendo. E o Aruã vem com esse nome, a força da tranquilidade do vento. O nome dele traz esse sentido de amigo, amigável, essa imagem da tranquilidade que eu sinto também muito pelo vento, que vem tranquilizando, acalmando o espírito da gente. E assim chegou o Aruã nesse momento que a gente tava precisando acalmar o espírito. É isso: todos nós aí recuperando nossas memórias, os mais velhos e as crianças já nascendo dentro dessa recuperação de memória ligada ao rio. Nossos rios são nossos mais velhos.

E as crianças do Antorokay, – Buhuaren, Icamiaaba e Aruã – vivem na Resex Rio Ouro Preto, antigo território dos Orowari, que chamam o rio Ouro Preto por seu nome originário, que é Tao'Paná. Nessa relação da nossa família com a família deles, eles podem estar voltando lá no território deles e visitando o rio deles. E aí a gente segue aqui a nossa vida, recuperando nossas memórias, nossas relações com o nosso rio, com os nossos lagos e reconstruindo os caminhos das nossas malocas Mura, na relação também com outros parentes. Nemeguer!

Texto submetido em: 20 dez. 2024

Aceito para publicação em: 08 jan. 2025

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.144790>